

**PATERNIDADE ADOTIVA:
ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE SALVADOR¹**

Teresa Cristina Ferreira de Oliveira²

Lúcia Vaz de Campos Moreira³

1 INTRODUÇÃO

Segundo Petrini (2010), a sociedade contemporânea vem apresentando mudanças importantes como os avanços tecnológicos, a globalização e a urbanização. As investigações científicas no Brasil e no exterior apontam que as relações familiares estão enfraquecidas, entretanto, a família empenha-se em sua reorganização. O autor ressalta, ainda, que essas mudanças aceleradas repercutem na vida familiar, na concepção de masculinidade e feminilidade, na maneira de compreender a sexualidade, a maternidade e a paternidade.

Nesse contexto, o modelo de paternidade tradicional deixa de existir e o casal contemporâneo difere do modelo antigo de parentalidade, que era o do “pátrio poder”. O Código Civil de 2002 e a Constituição Federal de 1988 equipararam o pai e a mãe no exercício da parentalidade, o “pátrio poder” cede lugar ao “poder familiar”. Concebido como instituto de proteção e assistência à criança e ao adolescente, o “poder familiar” atribui a ambos os pais a função de criar, educar seus filhos menores que não são emancipados (NADER, 2010).

Assim, as alterações ocorridas na família ao longo da modernidade fizeram emergir uma nova imagem de homem e de mulher, de concepção de viver a paternidade

¹ Este capítulo foi adaptado a partir dos resultados obtidos na dissertação de mestrado intitulada “Filho do coração: o processo de adoção de crianças na perspectiva paterna” (2014), de autoria de Teresa Cristina Ferreira de Oliveira, que foi orientada pela Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira, junto ao Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal).

² Advogada (Faculdade Ruy Barbosa), Mestre em Família na Sociedade Contemporânea (Universidade Católica do Salvador), professora das Faculdades Ruy Barbosa DeVry e Maurício de Nassau. Membro do grupo de pesquisa Família e Desenvolvimento Humano. Membro da Comissão de Mediação OAB-BA. Líder do grupo de Pesquisa Família, Interfaces e Conexões – Faculdade Ruy Barbosa. E-mail: teresacristinaadv@hotmail.com

³ Psicóloga (USP), doutora em Psicologia (USP), professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (Universidade Católica do Salvador). Líder do grupo de pesquisa Família e Desenvolvimento Humano. E-mail: Lucia.moreira@ucsal.br

e a maternidade, a sexualidade, a família e a procriação (PETRINI, 2005). Nasce uma concepção de uma nova paternidade que requer um maior envolvimento com os filhos.

O pai contemporâneo não se identifica com um mero reprodutor ou provedor econômico, fazendo-se presente na estrutura e dinâmica do contexto familiar. Portanto, está disponível para redefinir o seu papel instrumentalizando-se para enfrentar as novas demandas. (GOMES; RESENDE, 2004).

Considerando as mudanças na família e na paternidade, interessa no presente estudo investigar o pai adotivo, tendo como objetivo geral compreender o processo de adoção de crianças na perspectiva de um pai adotivo. Ele é relevante, pois há estudos sobre as configurações familiares, mães, avós, conjugalidade, irmãos, mas pouco se aborda a trajetória do pai adotante, a construção da parentalidade no contexto da adoção.

O tema da adoção é mais estudado em alguns aspectos, tais como: direito da criança e do adolescente, perfil do candidato, entre outros. Entretanto, a literatura expressa pouco a trajetória dos pais adotantes, sendo insuficientes as investigações que focalizam o trajeto do homem (pai) na construção da parentalidade adotiva. (SOUZA; BENETTI, 2009).

Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006) destacam que surge no Brasil uma nova cultura de adoção, a qual está baseada no melhor interesse da criança e que se deve buscar uma família para a criança ao invés de uma criança para a família. Essa nova cultura de adoção permite novos projetos de família, paternidade e de maternidade atribuindo novos sentidos ao ser pai, mãe e também filho(a).

2 PATERNIDADE E ADOÇÃO

Nos últimos 30 anos, foram desenvolvidos importantes estudos sobre a paternidade, correspondendo ao que Michael Lamb (1986) nomeou como a “era do redescobrimto paterno”. A paternidade na sociedade contemporânea é tema que emerge como objeto de atenção, de investigação e pesquisas em nível mundial.

Por outro lado, a adoção é uma instituição que existe há séculos, e sempre foi alvo de investigações científicas, busca atender aos anseios das crianças e adolescentes a encontrar uma família onde sejam amados, cuidados, educados.

A seguir, serão abordados a paternidade, o envolvimento paterno e o pai adotivo.

O exercício da paternidade ao longo do tempo e os padrões de interação entre a família e seus membros sofreram mudanças desde o modelo tradicional até a sociedade pós-moderna. O papel do pai como único provedor na vida da família e dos filhos foi sendo modificado, percebe-se que essa paternidade passa a exercer papéis significativos, como o de companheiro, cuidador, professor entre outras funções. (LAMB, 1997; PICCININI et al., 2007).

A maior inserção feminina no mercado de trabalho, a busca por igualdade de direitos e deveres trouxeram questionamentos sobre os papéis e funções sociais do pai. (ARRIAGADA, 2002; SOUZA; BENETTI, 2008; VIEIRA; SOUZA, 2010).

Lamb (1992) afirma que se espera dos pais de hoje que estejam envolvidos mais ativamente, do que no passado, nos cuidados com as crianças e, de forma gradual, o pai contemporâneo está, de fato, mais implicado do que seu predecessor.

Os pais estão assumindo outras tarefas em relação aos filhos, deixando para o passado as generalizações do pai incompetente e desinteressado aos cuidados com sua prole. A paternidade atualmente não está somente associada ao papel do pai provedor, mas na imagem de um “novo pai” envolvido nas atividades diárias, na responsabilidade, nos cuidados físicos, educacionais e na afetividade com seus filhos. Nesse contexto, esse “novo pai” pode expressar seus sentimentos e busca uma relação igualitária com sua companheira (LAMB, 1992; LAMB, 2000; BUSTAMANTE, 2005; SIMÕES; LEAL; MAROCO, 2010; BRASILEIRO; PONTES; BICHARA; BASTOS, 2010).

Atualmente há um interesse por estudar o papel do pai com relação aos cuidados infantis, pois, segundo Lamb (1997), o pai e a mãe exercem papéis decisivos no desenvolvimento infantil.

Nesse contexto é importante destacar que os avanços científicos e as transformações sociais são marcantes na transição assumida pelos estudos que diferenciavam os papéis maternos e paternos. (LEWIS; DESSEN, 1999).

As mudanças sociais que ocorrem nas relações homem/mulher estão sendo incorporadas aos novos modelos dos papéis parentais, ocasionando de forma mais igualitária as divisões desses papéis, retirando, assim, a função restritiva de um pai somente provedor financeiro. Desta forma, é importante o reconhecimento dos pais para o desenvolvimento sócioemocional de seus filhos (LEVANDOWSKI et al., 2002; BASTOS; BICHARA; BRASILEIRO; PONTES, 2010).

O conceito de envolvimento paterno desenvolvido por Lamb (1985) é definido a partir de três aspectos de avaliação do comportamento do pai: interação, acessibilidade e

responsabilidade. A interação refere-se ao contato direto, cuidado e engajamento com os filhos. A acessibilidade caracteriza-se pela disponibilidade ou a presença paterna tanto psicológica como física. Já a responsabilidade traz como definição o papel do pai ao garantir cuidado e recursos para a criança. Esse conceito de envolvimento paterno é o mais aceito e aplicado na literatura nacional e internacional.

Os autores destacam que o pai contemporâneo é mais presente e afetuoso, ele procura desempenhar atividades de cuidado ao preparar a comida, ao alimentar os filhos, ao brincar, ao colocar as crianças para dormir, entre outros envolvimento. (LAMB; PLECK; CHARNOV; LEVINE, 1985; BUSTAMANTE, 2005; PICCININI et al., 2007).

Portanto, esse “novo pai” exerce a paternidade mais presente em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade pela educação e criação dos filhos. (LAMB et al., 1986; JABLONSKI, 1998; SILVA; PICCININI, 2003).

No que diz respeito à adoção, nas últimas décadas ela passou a ter visibilidade de forma mais positiva do que no passado. No decorrer da década de 1970 as famílias que adotavam uma criança viviam permeadas pelo segredo. Já na década de 1980 a adoção começa a ser mais clara e atualmente o tema ganhou mais visibilidade. Assim, a adoção é uma instituição que não deixará de existir, pois sempre haverá crianças abandonadas, órfãs, que precisam de outros pais, que renasçam em outra família. (WEBER, 2011). A autora afirma que as pessoas geralmente adotam uma criança por acreditarem que possam dar e receber amor mesmo não compartilhando de nenhuma carga genética. Enfim, conclui que o amor por uma criança adotiva pode ser o mesmo por um filho genético e que o apego e a afetividade entre os pais adotivos e a criança são desenvolvidos em diferentes circunstâncias. (WEBER, 2010).

Os estudos científicos nacionais sobre o envolvimento paterno com filhos adotivos ainda são escassos, a maioria das produções enfoca ou a paternidade e o envolvimento do pai com seu filho ou o contexto de adoção, sendo a temática da paternidade adotiva pouco explorada. Porém, autores como Souza e Benetti (2009), Silva (2010), Weber (2010) e Bueno, Vieira e Crepaldi (2014) destacam que as pesquisas nacionais refletem a importância do pai na família e apontam temas que precisam de mais investigações, como por exemplo, desenvolver estudos para a compreensão do pai adotivo e do universo masculino no papel paterno.

3 MÉTODO

Para atingir o objetivo do estudo que foi o de compreender o processo de adoção de crianças na perspectiva de um pai adotivo, optou-se por desenvolver uma pesquisa qualitativa descritiva, mais especificamente, um estudo de caso.

Participou da investigação um pai adotivo, denominado ficticiamente como Marcos, que tem 47 anos, é pardo, pós-graduado e atua como professor universitário. Além disso, pertence à classe média e reside em Salvador (Bahia). Ele foi acessado em um grupo de apoio à adoção que atua na referida cidade.

Para a coleta de dados foi construído um roteiro com questões abertas que foi aplicado na forma de entrevista que foi gravada para que nenhuma informação se perdesse. O participante assinou Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB. Os dados foram analisados de forma descritiva.

4 RESULTADOS

A seguir serão apresentados os resultados obtidos que foram subdivididos nos seguintes tópicos: a família, a experiência de adoção, o envolvimento do pai com os filhos adotivos, a revelação para o filho sobre a adoção, a paternidade adotiva e a rede de apoio.

4.1 Família do participante

Marcos está casado há 22 anos com uma enfermeira. Eles têm dois filhos adotivos, uma adolescente com 14 anos e um menino com 10 anos. A família toda integra grupo religioso católico. Apresenta concepção de família extensa (esposa, filhos, seus próprios pais e irmã, sobrinhos, cunhado e os pais da esposa). Reside com a esposa e com os filhos.

4.2 A experiência de adoção

4.2.1 O processo de decisão para adoção

Nos primeiros cinco anos de casamento, em decorrência de o participante e sua esposa residirem na casa dos pais de Marcos, o casal adiou a gravidez. Com o passar do

tempo, quando desejaram a gravidez, perceberam que apresentavam dificuldades para tal.

A fala seguinte expressa os momentos angustiantes de busca pela gravidez:

No que eu me lembro, a A. (esposa) ficava mais ansiosa, angustiada, preocupada com isso, com essa perspectiva da maternidade, de engravidar [...]. Eu, pelo meu temperamento, também sempre na expectativa de que uma hora iria acontecer. Quando a gente começou a tentar de fato e a coisa não acontecia, aí a gente começou a se questionar. Ela principalmente começou a fazer exames e eu também, e a gente começou a investigar qual seria o motivo dessa não gravidez, dessa infertilidade, e aí não chegamos a uma conclusão, porque eu tinha alguns problemas que poderiam, não era uma esterilidade, digamos assim, uma infertilidade menor.

Ela por sua vez fez um monte de exames e não tinha nada que dissesse, você é infértil, mas sempre com aquela dúvida. Então chegou a um ponto que a gente entendeu que não valia a pena insistir nisso, porque às vezes criava mais ansiedade, mais angústia do que resolvia o problema.

Diante de tal circunstância, Marcos e sua esposa observaram a experiência de amigos do grupo religioso a que pertencem e que tinham adotado filhos. Assim, começaram a pensar em tal possibilidade. O casal também buscou orientações de dois padres sobre o que poderiam fazer diante da dificuldade para engravidar:

Ele (um dos padres) disse que: “a paternidade e a maternidade podem ser adquiridas e vividas não só através da geração biológica, é uma condição que Deus pode estar chamando vocês para viver através de outro caminho, através de outro meio”. [...] conversávamos muito e (o padre) ajudava a gente a entender e a aceitar nossa condição sem que fosse uma penalização, mas sem uma perspectiva de realização de uma forma [...] mais comum digamos assim.

Segundo Marcos, a partir da reflexão que sua esposa e ele fizeram junto aos referidos amigos e padres, eles tomaram a decisão pela adoção, fato que fez com que diminuísse a ansiedade vivida pelo casal em busca da gravidez:

Sem dúvida foi menos dolorido, acho que decidir pela adoção foi de certa maneira desvencilhar daquela ansiedade, de querer alguma coisa que criava uma expectativa que depois com o tempo criava uma frustração, porque não tinha acontecido a gravidez. Muitos casais depois que adotam filhos terminam por depois engravidar, porque de certa maneira, relaxam, tiram aquela tensão, a expectativa daquela gravidez. Não foi o que aconteceu com a gente, mas era uma possibilidade também. Eu não sei se falei, nós ficamos oito anos casados sem ter filhos.

4.2.2 Tratamentos em busca do filho biológico

Em decorrência de ser católico, o casal descartou a possibilidade da tentativa da inseminação artificial, colocando-se como alternativas: engravidar naturalmente ou partir para a adoção:

Uma coisa que a gente (o casal) nunca pensou foi uma coisa como inseminação artificial, esse método nunca cogitamos. Até pela vivência mesmo na igreja, pra gente foi algo bem tranquilo entender que: ou era naturalmente ou tinha a possibilidade da adoção. Não chegamos a viver nenhum drama e também soubemos logo, ela enfermeira, eu biólogo então nós sabíamos não só a técnica em si, mas uma série de relatos de pessoas que às vezes viviam um drama muito maior nessas tentativas do que se procurassem outro caminho como a adoção.

4.2.3 Critérios de escolha do filho adotivo

Com relação à primeira adoção, Marcos menciona que o casal buscou uma criança com características semelhantes às que teria um(a) hipotético filho(a) biológico(a):

[...] o casal deve ser respeitado na imagem que ele cria dessa criança, então em nosso caso, a imagem que vinha qual era, de uma criança novinha e de preferência similar, semelhante à gente. Porque eu acho que na primeira adoção é como se o casal quisesse reproduzir de alguma forma a expectativa que se tem com o filho natural. [...]. A gente queria parecido com a gente, o que de certa maneira estávamos direcionando uma etnia, não por essa razão, mas por uma similaridade.

Conforme o participante, na segunda adoção houve uma abertura maior quanto às características do(a) filho(a) a ser adotado(a):

Já com a segunda adoção estávamos [...] em um nível de experiência da paternidade e maternidade maior. A experiência da adoção deixou a gente muito mais livre com relação aos critérios de sexo, etnia, etc. A preocupação é claro que no sentido da saúde era de conhecer para tomar providências. Caso fosse necessário, estávamos dispostos a assumir qualquer eventualidade de saúde que aquela criança já tivesse ou viesse a desenvolver.

Por fim, o participante mencionou, ainda, que havia aspirado ter um casal de filhos, como ocorreu com seus próprios pais.

4.2.4 A perspectiva paterna sobre os trâmites legais para a adoção

Ao expressar suas considerações quanto aos trâmites legais para a adoção, inicialmente Marcos critica a sistemática de estabelecer a fila de interessados na adoção e a fila de crianças a serem adotadas, o que foi assim justificado:

Uma das coisas que eu acho um absurdo é que tem uma fila de casais, tem uma fila de crianças, então se é aquela criança que está na minha vez, eu não tenho escolha. Eu não concordo com isso, eu acho que a adoção não é uma questão automática de coincidência em uma fila. Eu acho que, pela experiência que a gente viveu, principalmente na primeira adoção, em que o casal deve ficar muito à vontade na hora de decidir a criança que a gente quer, imagine você ser constrangido [...] na decisão de adotar ou não. Um casal, por exemplo, cinco anos na fila de espera, chega uma criança, eles não se identificam e aí vem à mente: “será que se a gente disser não, vai pro fim da fila e vai esperar mais cinco anos?”. A pessoa pode até adotar mais por uma pressão do processo do que por uma liberdade de identificação com a criança.

Pelo fato de ter convivido com outras pessoas que adotaram crianças, o participante já tinha conhecimento de que precisava procurar o juizado para realizar o processo legal da adoção:

Então, através desse casal que tinha adotado e nessa convivência do movimento (católico), a gente já tinha vivenciado a experiência de outros casais italianos que vieram para adotar crianças brasileiras, a adoção internacional. Nós já tínhamos acompanhado um pouco isso, então vendo as experiências deles, nós entendemos que deveríamos procurar de fato o juizado para fazer todo um processo [...] dentro daquilo que rege a lei. Para que nós não ficássemos reféns de ninguém, nem de advogados, nem dos pais biológicos que futuramente, quisessem criar algum tipo de problema.

Em síntese, o percurso seguido pelo casal para efetivar a adoção foi:

Então fomos ao juizado, conversamos com a assistente social, a psicóloga, os juízes eram bem diferentes do que são hoje e a gente fez todo o processo legal. Nós conversamos na época com uma assistente social que foi uma pessoa extremamente solícita. Tinha uma visão bem interessante sobre adoção, visando o bem das crianças. Aí ela que era a assistente social chefe, digamos assim, levou a gente para o serviço social, aí nós fizemos entrevistas, preenchemos umas papeladas que dizia quais os critérios, o que vocês esperam, entre outras coisas.

Mas elas mesmas orientavam: “você vão ver que é uma coisa que acontece, se vão se identificar com as crianças e, muitas vezes, todos esses critérios não são os que são respeitados”. Elas apresentavam pra gente toda a situação: “a maioria das crianças é negra, em geral todo mundo quer uma menina, então tem mais meninos para serem adotados do que meninas. É mais raro vocês encontrarem uma criança recém-nascida como vocês estão querendo, porque essas crianças vão ficando nas instituições ou são abandonadas com certa idade nas instituições”. Então, de certa forma, elas estavam tentando preparar a gente para a realidade que a gente viesse a encontrar nas instituições, quando a gente pudesse ir visitar as crianças.

A etapa seguinte foi a de realização de visitas para as crianças disponíveis para adoção:

E aí foi que retomamos o processo, conhecemos algumas crianças que estavam disponíveis para adoção e começamos a visita-las nas instituições. Não fizemos muitas visitas, não ficamos em fila de espera, naquela época não tinha fila nacional, a gente deu entrada no juizado de Salvador, então eram as crianças que esse juizado, digamos assim, tinha uma jurisdição sobre elas e nós não saímos para ver uma criança no interior.

Hoje, como a fila é nacional, se um casal do Rio Grande do Sul, quiser adotar de outro estado e estiver na minha frente e a criança aqui do meu lado, é esse casal que vai ser chamado primeiro.

Marcos acrescenta que, apenas na segunda adoção, houve curso sobre o assunto e o casal passou por uma avaliação de uma profissional da área de Psicologia que visa verificar se o casal apresenta condições de adotar uma criança.

O participante destaca que a primeira filha adotiva participou do processo de adoção do irmão:

Tivemos duas ou três entrevistas, levávamos sempre a L. (primeira filha adotiva) para entrevistas, por duas razões: porque ela queria um irmão e a gente sempre entendeu que era importante que ela tomasse a consciência da origem dela, como foi o processo pra ela, foi algo que nunca escondemos. Então, desde o primeiro dia que disseram que a criança poderia vir para nossa casa, naquele momento ela já foi com a gente também, então, pra ela era o irmão dela e ela dizia, que queria cuidar dele. Diante de todo esse contexto positivo, naquele momento a psicóloga disse: “você já são pais adotivos, não é essa entrevista que vai aprovar ou reprovar você nesse sentido”. E ela observou muito o comportamento de L. (filha) e, a partir disso, ela entendeu que a nossa situação era normal de um contexto familiar, não tinha nada que impedisse a adoção.

Marcos acrescenta que os adotantes também recebem algumas informações sobre a história da criança e dados sobre a sua família biológica. Além disso, são orientados a submeter o filho adotivo a avaliação pediátrica para investigar suas condições de saúde:

A gente tem algumas informações, mas só o que eles passaram pra gente. [...] Por curiosidade tive que ter alguma informação que possa ser útil no futuro, porque quando a gente adota uma criança como qualquer recém-nascido, vai para o pediatra e é uma bateria de exames, ainda mais quando a gente não sabe a origem. Então algumas informações são interessantes, porque de certa maneira ajudavam também o pediatra nessa bateria de exames.

Eles diziam, essa criança pode ter sido de uma mãe que é moradora de rua então vamos investigar uma série de coisas aqui, que podem estar relacionados a um período de permanência na rua, entendeu. Mas a gente não tem informações se é de tal cidade.

Em síntese, mesmo passando por essas diversas etapas, Marcos relata que o trâmite legal para a adoção foi tranquilo, sendo que o casal realizou as duas adoções por meio do juizado visando evitar surpresas desagradáveis que pudessem ocorrer caso não percorresse o processo legal.

No entanto, cabe destacar, ainda, que a segunda adoção foi um pouco mais conturbada inicialmente por conta de problemas de saúde da criança, o que retardou a liberação dela para ser conduzida à cada da família adotiva:

[...] já tinha entrado de novo com o processo de adoção, e aí a assistente social que já era outra, ligou pra gente informando que tinha chegado “[...] uma criança com dois dias de nascida e a mãe deixou aqui e não tenho para onde mandar essa criança, se vocês quiserem ver a criança ...”.

Eu saí do trabalho, vim pra casa, A. (a esposa) pegou a L. (primeira filha adotiva) e fomos para o juizado. Chegando lá, nem pudemos ver a criança e ela (a assistente social) disse que o juiz não estava lá e ela não poderia liberar a criança sem a presença do juiz.

E terminou que a criança foi institucionalizada e nós ficamos nessa expectativa e em contato com eles, que nós tínhamos interesse em adotar aquela criança.

Eu lembro que houve da parte dela, do serviço social, uma insistência muito grande com relação à saúde da criança e se falava muito em HIV, perguntavam pra gente: “e se tiver Aids ou outras doenças?” e nós dizíamos que a queríamos assim mesmo.

E a insistência foi tanta, que começamos a achar que eles sabiam que a criança tinha algum problema, criou-se na gente essa suspeita, e nós terminamos indo buscar a criança, se não me engano, vinte dias depois, quando eles fizeram a campanha em torno do dia das crianças. Tinha na época, não sei se eles fazem isso ainda, eles fazem uma campanha onde casais visitavam crianças em instituições e por volta

do dia da criança eles entregavam essas crianças para os casais que desejavam adotar.

Então nós entendemos que talvez eles tivessem protelado um pouco a adoção pra que nós fôssemos mais uma adoção na campanha. Então isso desgastou um pouco a gente, de uma suspeita: “será que essa criança vem com saúde, vem com HIV positivo?”, a gente ficava pensando um monte de coisa, na bateria de exames que teríamos que fazer, todo cuidado que a gente iria ter que ter, etc.

Mas, graças a Deus, ele não teve nada, só que veio com uma infecção respiratória e depois de três dias em casa, ele foi hospitalizado, ficou internado, tanto que ele foi batizado no hospital, justamente porque a gente viu que a situação estava complicada, mas graças a Deus ele se recuperou disso e de lá pra cá, não teve mais nenhum problema.

Marcos acrescenta que houve visita domiciliar, antes e depois da adoção, por parte de uma assistente social, mas aponta a dificuldade de tal profissional se transportar para realizar as visitas:

Depois de a gente ter feito a inscrição pra adoção, houve uma visita da assistente social, ela veio conhecer a casa, conversar com a gente, no contexto que a gente estava, depois da adoção eu acho que foi feita uma visita. Assim um acompanhamento mais sistemático, não houve. Aí eu não sei se é assim mesmo ou [...] sendo profissionais, devem ter percebido um contexto que não notaram nenhum problema que exigisse uma atenção ou um acompanhamento maior, creio eu, não sei. A gente até ficava perguntando: “será que esse pessoal, vem ou não vem?”

Então, eu me lembro até que para agilizar, na primeira adoção, a assistente social dizia: “eu vou fazer a visita, mas tem que ver quando tem disponibilidade do carro”. Aí eu disse: “eu lhe levo agora no meu carro”, então a gente também tentou agilizar o processo o máximo que pôde.

Eu sou funcionário público, eu sei como a coisa anda, se você espera ela andar, porque um assina o papel, o outro carimba, até chegar no setor e o setor libere, esse caminho todo. Aí no dia que tem o carro e não tem o motorista, ou tem o motorista e não tem o carro, ou o combustível, aí ou a gente dá uma mãozinha ou a gente pode ficar sem o atendimento.

O participante considera, ainda, que os casais que desejam adotar deveriam receber uma preparação maior:

Agora uma das coisas que eu acho que talvez mais faça falta é uma preparação desses casais a partir de pessoas que tenham experiência positiva em adoção, não é um psicólogo que vai preparar esse povo como futuros pais. [...] nós tivemos a oportunidade de propor ao juizado, logo depois das adoções, algumas coisas em termos de acompanhar as crianças, de poder visitar, mas houve uma resistência enorme da parte deles. Ou as ações partem deles, dentro de uma imagem de adoção que eles têm ou não servia. Nós sentimos uma

resistência muito grande, nós íamos ao juizado, conversavam com a gente, mas, um silêncio total.

Outra proposta do participante ao juizado foi o apadrinhamento:

Na Itália existe uma experiência, como se fosse um apadrinhamento, talvez seja o termo mais adequado, ou seja, a criança está na instituição e há um casal interessado. Assim, dá a oportunidade a esse casal de visitar a criança, uma vez ou outra tirar essa criança da instituição para passar o final de semana no contexto de família, fazer como se fosse uma transição entre a vida familiar propriamente dita.

Uma das coisas que eu acho, não tenho muita experiência com isso, já tem programas já feitos na TV, digamos o que é a vida de uma criança que viveu institucionalizada e que estudou praticamente dentro dessa instituição, viveu até os dezoito anos nessa instituição, aí quando chega aos 18 anos, essa criança não conhece ninguém, não sabe para onde ir, não tem família. Se pelo menos nessa permanência na instituição ela conhecesse uma, duas três famílias que a conheceram, que criaram um laço de amizade e de simpatia ao sair de lá, ela pelo menos teria um, dois, três telefones onde ela pudesse ligar e dizer “olha eu saí daqui”. Quem sabe essa família a acolheria e pelo menos daria minimamente um apoio a essa pessoa para que ela pudesse começar uma vida fora da instituição?

A impressão que eu tenho é que tem uma carga ideológica, um imaginário em torno da adoção, que dificulta a percepção deles (equipe do juizado) de outras experiências, de outras dificuldades. A coisa passa muito por essa questão ideológica.

Com o incentivo de uma psicóloga, o participante juntamente com outros voluntários montou e ministrou cursos sobre adoção para pessoas que queriam adotar e também para estudantes de Psicologia e de Serviço Social.

4.3 Envolvimento do pai com o filho adotivo

4.3.1 Os primeiros encontros com a criança

Marcos relata que desde a primeira vez que viu tanto a menina, quanto o menino que adotou, os reconheceu como filhos imediatamente, fato que não ocorreu com outras crianças visitadas. Assim, houve uma identificação com eles desde o primeiro encontro, inclusive lembra-se de detalhes de tal momento.

4.3.2 Quando a criança foi morar com a família

Marcos relata que se envolveu do seguinte modo com os filhos adotivos ao serem levados para a casa dele:

Nunca fui um pai de trocar fraldas, A. (a esposa) insistia muito nisso, eu fazia isso uma vez ou outra, eu olhava, brincava, cuidava, mas essa parte de trocar fraldas não é muito a minha não. Não vou dizer que nunca fiz, mas não é muito a minha não. Não era uma coisa que eu fizesse e gostasse. Na minha formação isso é coisa da mãe, a mãe que tem que fazer, eu ficava mais na retaguarda: “qualquer problema me chame, mas vou dormir.(risos).”

Minha preocupação era ir nas consultas médicas, foi todo um processo do mais imediato, digamos assim, não uma coisa do futuro.

Com o passar do tempo, as preocupações e o tipo de envolvimento mudou, inclusive sendo afetado pelo sexo da criança:

À medida que foram crescendo, aí começou a preocupação: “vai botar em qual escola?” Eles estão matriculados aqui, minha mãe trabalhou no XX (colégio católico), é pertinho de casa, tinha toda uma comodidade pra ficarem estudando aqui mesmo, tudo isso a gente pensou: “os filhos continuam aqui no bairro? Vão pra outro lugar?” Então isso tudo entra nas discussões, nas decisões.

Eu brincava com P. (filho adotivo) mais do que brincava com L. (filha adotiva), não que não brincasse com ela, mas com ele o tipo de brincadeira é outra e a identificação é maior.

Com a chegada dos filhos adotivos, o próprio relacionamento conjugal mudou em decorrência da necessidade de os cônjuges se aproximarem mais para poderem cuidar de suas crianças.

[...] ter adotado fez uma reviravolta no relacionamento (conjugal), na minha perspectiva, porque a gente casado, sem filhos, era uma convivência, claro que dentro de uma independência. Eu ia pro trabalho, ela ia pro trabalho, eu tinha meus horários, ela tinha os horários dela e a gente conseguia, digamos, com menos combinações ajeitar a vida. Com uma criança as necessidades de combinar as coisas juntos se torna muito maior.

4.3.3 O envolvimento paterno atualmente

Atualmente, o envolvimento de Marcos com os filhos é caracterizado como afetivo e de partilha das atividades do cotidiano. No entanto, o participante afirma que compartilha mais atividades com o filho do que com a menina, do mesmo modo se identifica mais com ele:

Então se eu vou pra algum lugar, eu chamo: “P. (filho adotivo), quer ir comigo? Quer ir comprar um acarajé?” Às vezes ele diz: “hoje eu quero beiju”, ou seja, é partilhar as coisas que a gente faz. [...] Quando chega tem que dar um beijo, abraçar. Agora uma coisa interessante: ele até hoje sempre que vai dormir, ele me chama pra conversar, com A. (a esposa) ele já reza, entendeu? Tem também esse momento da

demonstração de carinho, atenção, A. (a esposa) que gosta mais de beijar.

Uma das coisas que a gente tem reclamado um pouco é que minhas férias não coincidem com as de A., mas é uma coisa que a gente sente falta, uma tentativa de a gente pensar as coisas juntos. Então, mesmo não podendo fazer férias juntos, nos finais de semana eles estão sempre com a gente. Nessa idade, enquanto a gente pode, vai levando. Uma preocupação minha e de A. (esposa) é de fazer uma programação que seja interessante pra eles também, tudo tem sua fase. Já levei P. no meu trabalho, e toda vez ele quer ir também, ele fica no computador direto, aí desce pra lancher e eu fico trabalhando e ele fica meio solto lá. Ele é mais agitado, L. (filha adotiva) é mais parada, ele não, quanto mais novidade pra ele melhor. P. (o filho) é mais parecido comigo com certeza, L. (filha) é mais parecida com A. (esposa), P. é resmungão, tanto que a gente discute muito, porque ele reage da mesma forma que eu, daí o conflito acontece. Mas eu repreendo nele os meus defeitos que vejo nele.

Alguns exemplos de atividades que compartilha com o filho são:

Às vezes vou assistir o futebol de salão dele, aí quando termina ele vem e me diz: “vá, diga aí o que foi que eu fiz de errado hoje” (risos), aí eu digo hoje foi bom e tal. Porque às vezes quando ele sai do jogo, eu estou olhando como quase um técnico, aí eu digo “mas rapaz, aquela bola você devia ter dado o passe” aí ele quer que eu elogie “que bom!”. Aí ele diz: “o gol que eu fiz você não viu!” (O pai sorriu em todos esses comentários). Mas isso é de uma atenção que ao mesmo tempo eu acho que a normalidade de pai e filho é de um relacionamento amigável. Nós não teríamos um diálogo desses se não houvesse um relacionamento de afeição mesmo, eu não teria a liberdade pra isso, nem de ele me dizer isso e nem de eu falar a ele. Com P. (filho) é o que falei anteriormente, essa coisa de ser menino, de brincamos juntos, de compartilharmos, eu acho que é através disso. Domingo levei ele ao estádio de futebol, tem uma série de coisas que a gente faz juntos, que é uma distração pra ele e que é uma distração pra mim, coisa que gosto de fazer.

Já o envolvimento com a filha é diferente, realizam atividades complementares:

Com L. (filha) tem menos esse compartilhamento de atividades em comum, mas ela, por exemplo, gosta de cozinhar e eu gosto de comer, sempre tem essa coisa, ela faz pra ver se eu gosto e tal. Ela procura fazer as coisas pra me agradar, de ter quem prove a comida dela. Sou eu que vou ao mercado comprar as coisas, ela faz a lista do que ela vai precisar e lá vou eu e tem que achar o que ela pediu.

O pai também se interessa pelo rendimento escolar da filha e ajuda o filho nas tarefas escolares, além disso, manifesta outras preocupações com eles como os riscos de acesso às redes sociais:

A. (a esposa) por estar mais em casa, acompanha mais a tarefa (escolar), eu não deixo de estar sempre vendo como estão as notas, procurando de alguma maneira acompanhar isso. Com P. (filho) às vezes eu faço as tarefas. Então com L. (filha) tem mais de acompanhar, agora mesmo no aniversário dela aí vamos jantar em algum lugar, vamos combinar, entendeu. Não me preocupo até o momento com namoro dela, sei que é algo que vai acontecer breve, provavelmente, mas não me preocupo com isso agora.

Acho que me preocupo mais com essa coisa da virtualidade, do que pode acontecer através dessas redes sociais como a gente alertá-los para os riscos que tem nisso. É o tempo todo é *tablet*, não podemos proibir simplesmente. A gente tem que educar, na tentativa de evitar qualquer problema maior. [...]

Marcos também destaca a questão do humor no relacionamento com os filhos:

L. (filha) é fechada por natureza e ela me chama de “papança” (risos) isso porque eu boto apelido em todo mundo, aí meu sobrinho colocou esse apelido em mim e eu acho legal, porque eles entendem essa coisa de apelido [...]. Eu acho que é mais do temperamento do que atitude que cria uma resistência ou um bloqueio. Eu tenho ficado menos brincalhão, acho que é a idade (risos), mas brinco com eles de vez em quando.

O pai tem a expectativa de que os filhos aceitem sua ajuda quando necessitarem:

A expectativa que tenho primeiro é em relação a mim, primeiro que eles aceitem que eu possa ajudá-los na decisão que eles tomarem acerca do que eles querem e não querer direcionar ou conduzi-los demais pelos caminhos que seja a imagem do que eu faço do que seria o melhor para eles.

Na prática eu não sei como isso vai acontecer, agora o que eu espero deles é que eles se realizem e se sintam felizes tomando a decisão deles. De casar ou não casar, que procurem a melhor opção, eu tento ajudar a perceberem a importância das suas decisões. Principalmente L. (filha), P. (filho) agora é ainda um pouco menor, não tem ainda digamos assim essa perspectiva, mas L. (filha) já está na 8ª série, daqui a pouco é a perspectiva de vestibular, então de tentar acompanhar e decidir da melhor forma pra eles.

4.4 A revelação para o filho sobre a adoção

Pela experiência de convivência com amigos que tinham adotado filhos, o casal sabia da importância de se contar para a criança, desde cedo, sobre a sua condição de filha adotiva, e foi o que fizeram:

Já cedo, minha esposa com L. (primeira filha adotiva) começou a contar a história de uma princesinha que a mãe não pôde criar e que entregou a alguém pra cuidar, até que um dia ela mesma disse: “mãe, eu sei que essa princesinha sou eu”. E aí tem a questão da mãe da

barriga e da mãe do coração. Uma coisa que a gente não fez também foi criar qualquer traço de negatividade em relação à atitude da mãe biológica dela.

Dele (filho), então, a gente sempre procurou mostrar a ele, que se ela (mãe adotiva) não pôde cria-lo, a melhor coisa que ela fez foi ter dado oportunidade de que outro casal que não podia ter filhos, que tivesse os filhos, que pudesse conviver com eles. Sempre colocar em uma perspectiva de que: “nós aqui estamos fazendo alguma coisa por vocês, mas vocês também estão fazendo muita coisa por nós”.

Os dois sabem da adoção, tanto que L. (a filha) acompanhou todo processo de adoção (do irmão), e antes de ele chegar a perguntar, já era uma realidade falada.

Então, [...] chega um ponto que a adoção é algo tão natural que a gente não se preocupa tanto com isso.

Aconteceu uma vez que em uma consulta médica, que o médico perguntou se tem alguém na família que tem (determinada doença), dissemos: “ela é adotada, a gente não conhece ninguém da família”.

É uma coisa tão natural pra gente e não precisamos estar propagandeando para todo mundo que as crianças são adotadas. Com naturalidade se alguém perguntar, e dependendo das circunstâncias, a gente age com naturalidade. Eles (os filhos) convivem bem com isso.

Os filhos manifestaram o desejo de conhecer a mãe biológica, mas não ocorreu o mesmo com relação ao pai biológico:

P. (filho adotivo) teve até um período recentemente que ele estava questionando muito isso que queria conhecer a mãe, mas a impressão que tenho é como se fosse uma necessidade de voltar à origem, entendeu? “De onde é que eu vim?” Eu disse: “filho, se você quer realmente conhecer sua mãe, eu não posso garantir que a gente vá encontrá-la, eu não a conheço, não sei se o juizado sabe onde ela está, mas se você quiser, a gente vai começar a procura-la”. Eu disse a ele que a primeira coisa que a gente vai fazer, e isso conversei com a A. (a esposa) também, que a gente vai na instituição onde ele ficou, que a origem dele digamos assim, as remotas que a gente tem são aquelas da instituição. Daí um dia ele voltou essa conversa em casa de noite, aí me deu aquele estalo e aí peguei o álbum de fotografia e comecei a mostrar a ele, de como foi que ele chegou: “essa foto é do dia que a gente foi te pegar no juizado”. Daí por diante, ele não falou mais nisso. Como se fosse uma curiosidade, um desejo que foi satisfeito, ele conheceu dentro do possível essa origem dele.

Os dois quiseram saber da mãe mais do que do pai, eu não me lembro deles falando do pai biológico. Teve uma vez que eu estava com L. (filha) no quarto [...], essas coisas de criança, ela disse: “pai, você sabe que eu tenho outro pai?” Aí tomei aquele choque, aí eu disse “é filha, de fato você foi adotada, tem outro pai”. Aí ela fez “eu sei quem ele é” e eu falei “você sabe? Quem ele é?”, “É Deus”, mas ali nesse momento tem todo um contexto de teste nessa relação, mas eu entendi que ela estava digamos dizendo: “eu reconheço a sua paternidade, mesmo sabendo que tenho uma outra, porque essa outra também é a paternidade de Deus”. Ela era pequena, mas foi uma coisa que me surpreendeu, aos cinco, seis anos dela.

4.5 A paternidade adotiva

Para Marcos, pai é aquele que ajuda o filho a crescer e tem uma afeição por ele:

Ser pai eu acho que é se realizar ajudando alguém a crescer, então ser pai pra mim é uma forma de [...] se perceber ajudando outra pessoa.

[...] É a imagem que eu trago do que foi minha relação com o meu pai, com minha mãe, mas eu acho que quando a gente se vê na situação, tem uma dimensão, que está muito além da expectativa que a gente faz, é porque agora eu posso olhar esse relacionamento da perspectiva que meu pai olhava. E que eu nunca tive essa expectativa, porque a gente vê da expectativa do filho. Mas por de traz de todos aqueles contextos desfavoráveis digamos, essa afeição desfaz aquilo tudo, acho que é uma dimensão que a gente só sabe experimentando.

E o relacionamento que tenho com meu pai não é assim aquela afeição, eu posso passar três, quatro dias sem ver meu pai, porque saio cedo, passo o dia fora, mas tenho consciência da afeição que ele tem por mim e por mais que a gente discorde, que vai chegando uma hora a gente vai assumindo certa paternidade em relação aos pais também, meu pai já está velho para os moldes de hoje, já passou dos 70 anos [...].

Com relação a que momento começou a se sentir pai dos filhos adotivos, Marcos informa:

Eu não sei se estou exagerando, mas mesmo antes da adoção, no momento da decisão da adoção de alguma forma essa consciência, digamos assim, começa a ser despertada, a pensar de outra forma, a decidir, a ponderar, sei lá de uma outra maneira, tem um elemento a mais aí.

Marcos também menciona circunstâncias constrangedoras na interação com a sociedade em decorrência das diferenças dos pais adotivos com o filho em termos de etnia:

Então eu acho que tem circunstância um pouco constrangedora, graças a Deus eu nunca vivi nada grave em relação a isso não, mas é porque você vê as pessoas com mais um preconceito pela questão racial. Aconteceu uma vez que [...] P. (filho) estava brincando na mesa de um restaurante e o garçom achou que ele era um menino de rua e foi já para tirar ele dali. Pra gente foi chocante, porque já a pessoa é olhada da cor que ela tem, do aspecto que ela tem, infelizmente é uma realidade que está aí até hoje.

E uma questão é que ainda existem essas divisões na cabeça da gente, da cultura da gente, o negro de um lado e o menos negro de outro. Branco, branco realmente não temos. Essa é uma associação do negro com a falta de cultura, com as situações socioeconômicas precárias e essa história toda de escravidão e isso é uma coisa que a gente tem batalhado muito com P. (filho), ele tem que enfrentar pra que ele também, não cresça em uma postura ideológica em relação a isso, onde tudo é racismo, tudo é preconceito, quer dizer que tem coisas que é o normal do dia-a-dia e que não é uma expressão do racismo, mas uma diferença da vida e aqui tem toda a questão da negritude, claro

que tem seu valor, tem sua razão de ser, mas eu acho que nada que é ideológico no sentido instrumentalizado, ajuda a pessoa a crescer como ser humano. Pra mim é a coisa mais natural do mundo.

O participante reflete sobre o ideal de um casal de filhos e a respeito da paternidade tardia:

A. (a esposa) já até falou em adotar outro filho, eu resisti um pouco porque eu acho que é o momento, porque eu sou muito influenciado pela estrutura de família que eu tive, da mesma forma que ela, essa coisa de um casal de filhos é exatamente aquilo que eu vivi com minha família, é como se isso já me bastasse, mas não é uma coisa que está completamente descartada não, mas uma adoção agora não seria uma criança de 20 dias, a gente já teria que pensar em uma própria convivência com eles, deveria ser uma criança nessa faixa de idade de P., até 10 anos, não só para fazer companhia a ele, mas pra que a gente possa acompanhar melhor, a gente tem que pensar também nesse sentido.

A paternidade às vezes tão tardia eu acho que, no futuro, pode trazer até mais problemas, não sei até que ponto eu tenho energia ultimamente para acompanhar o ritmo dele. Hoje, eu com 47 anos, como vou jogar bola de fato com um menino como se eu tivesse 27, 30 anos? É diferente.

Minha sorte é a que a maioria dos jogos hoje é virtual, no vídeo game eu posso jogar com ele, apesar de perder muito (risos). Mas pelo menos eu tento acompanhá-lo.

Marcos também reflete sobre a adoção como sendo algo que beneficia tanto os pais que querem os filhos, quanto os filhos que querem os pais e desejam uma família. Nesse sentido, a adoção não é um gesto de caridade:

Eu não vejo a adoção como um serviço social, que é um bem para a criança, porque antes, quem precisa resolver um problema sou eu. No nosso caso, a impossibilidade de ter um filho é solucionado pela presença dessa criança através da adoção. Eu não vejo tanto o bem que faço a ele, claro que existe isso, mas é também o bem que ele faz a cada um de nós, claro que se eu não tivesse adotado eles, eu que não seria pai. Então na verdade são eles que preenchem digamos assim, um lado meu que diz: “eu tenho que fazer o bem a alguém” não, é um lado meu que diz assim “de ser pai e eles realizam isso”, [...] eu acho isso importante. Quando ocorre a adoção ou qualquer outro gesto de acolhida, dentro da gratuidade, é muito fácil chegar a uma cobrança mesmo que velada, quando espera do outro algum tipo de retribuição, nem que seja através só de gratidão. Mesmo entre pais e filhos biológicos pode acontecer: pai achar que é ele que faz pelo filho e ele acha que o filho deve a ele uma gratidão ou algum tipo de retribuição, quando a liberdade está aí.

Segundo o participante, esse relacionamento sem cobranças no contexto da adoção foi aprendido na experiência religiosa do casal:

A religião ajudou e ajuda e muito principalmente dentro desse contexto do XX (movimento católico que participa), G., P. (padres) e esses outros amigos do grupo, que têm uma forma de olhar o ser humano, que ajudam a gente a superar uma série de bobagens e distrações que a gente pode cometer se não olhar o ser humano como ele é.

Sintetizando a experiência de paternidade adotiva, Marcos diz: “eu entendo hoje, assim, é como se não sentisse muita falta dos filhos biológicos, depois de tê-los adotado. Hoje, eu não consigo me conceber sem eles [...]”.

Espero que por essa conversa toda, tenha ficado claro que eu não me arrependo em nada da atitude que tomamos e tem sido uma coisa extremamente positiva, no sentido de que eu percebo que me realizo muito mais dentro dessa experiência. Porque se não tivesse essa experiência de paternidade eu viveria a minha humanidade como se fosse mais retraída.

4.6 Rede de apoio

No que diz respeito à reação da família de origem à chegada da criança adotiva:

Sem dúvidas a gente entendia que nós íamos adotar, mas eles iriam entrar na nossa família no sentido mais amplo de família. Os avós, a gente comunicou, para minha mãe foi como uma surpresa a questão da adoção, mas eu entendi como uma preocupação normal, não como uma resistência à adoção. Depois, com a chegada da criança, aí qualquer receio ou resistência se desfaz, não tem como se sustentar diante da realidade em si. Acho que se cria muito mais um receio por algo que possa acontecer, mas, diante da realidade isso tudo cai por terra, não se sustenta.

No que diz respeito ao grupo de apoio à adoção:

Na verdade F. (grupo de apoio), nós conhecemos essa experiência depois do processo de adoção, aí chamou a atenção da gente.

Encontrei na Itália o presidente da associação e, ouvindo nossa experiência, ele disse: “mas vocês já fazem a acolhida”. Assim, F. tem sido nada mais que um grupo de amigos que compartilha essa experiência de adoção e a gente vai se ajudando, enfrentando as situações que aparecem e até ter uma visão um pouco mais ampla, as facetas da adoção, tanto é que S. (amiga do grupo) e outro colega adotaram crianças com mais idade, na época com nove ou 10 anos, já é uma experiência que eu não tenho.

Tanto eles buscaram apoio com a gente, quanto nós aprendemos com as experiências deles. Somos amigos antes dessa questão de adoção, então F. favorece também um contato mais amigável, a gente praticamente se encontra todo domingo na missa, eu acho hoje que F. tem mais caráter informal de convivência e amizade do que a formalidade de uma organização, etc.[...]

F. também avançou na questão da adoção do ponto de origem, de agregação dessas famílias, foram praticamente eu, A. (esposa), A. e S. (casal de amigos) e daí outras pessoas foram adotando, fazendo essas experiências, mesmo não sendo pessoas assíduas do movimento, mas de uma certa maneira despertavam, esse interesse na gente, um referencial ao outro. E, com o tempo, essa experiência de acolhida foi se ampliando então, por exemplo, a M. (outra amiga) com a filha com um problema teve uma acolhida também, não era uma adoção, mas uma acolhida intensa (da filha com doença crônica) que ajudava a gente também a viver nossa experiência de acolhida.

Por fim, Marcos destaca que recebeu “acompanhamento e apoio principalmente dos amigos”.

5 DISCUSSÃO

A dificuldade de engravidar foi a justificativa para a adoção no caso estudado. Ladvoat (2014) ressalta que a infertilidade é um dos fatores que interrompe o sonho do filho com traços hereditários e impede a renovação natural das futuras gerações. Começa a difícil fase do luto pelo filho almejado, essa perda é vivida por cada membro de acordo com a sua subjetividade. No entanto, autora afirma que a adoção pode ser considerada para os pais como a chance de exercer a paternidade.

Houve, ainda, a opção pela adoção ao invés da inseminação artificial que foi motivada por questões religiosas. Segundo Souza (2004), a espiritualidade tem um papel relevante quando a família enfrenta situações de dificuldade, além do apego às pessoas que estão próximas, o apego à crença espiritual auxilia o indivíduo a ter esperança de uma perspectiva de futuro.

O processo de decisão para a adoção está atrelado aos motivos que levam o casal a optar por ter um(a) filho(a) adotivo(a).

O participante e sua esposa dialogavam sobre o desejo de terem filhos e, de comum acordo, chegaram à conclusão de que adotariam crianças. Houve ansiedade pela busca da gravidez, mas a decisão pela adoção diminuiu tal ansiedade e uniu o casal. Segundo Lopes e Petrini (2008), a comunicação entre o casal é fundamental para a constituição da família. É por meio do diálogo que os casais podem expressar seus sentimentos, ideias, criar laços e se desenvolver.

A realidade do mundo do casal é alicerçada por meio do diálogo, quando duas pessoas estranhas se deparam com suas histórias individuais, elas redefinem suas vidas,

reconstruindo a realidade do seu passado e construindo um presente (FÉRES-CARNEIRO, 1998). Segundo Bauman (2004, p. 31), “o fracasso no relacionamento é muito frequentemente um fracasso na comunicação.” Para o autor, o medo, a preguiça ou uma acomodação na relação na tentativa de agradar um ao outro consiste em uma fuga do problema. Petrini e Dias (2013) destacam que é na família onde cada membro encontra seu espaço de convivência humana, é nela que a criança experimenta a acolhida e o amor gratuito. Assim, é importante destacar que é essencial o casal se perguntar sobre as razões de adotar para que possa refletir e levar adiante o processo de filiação na adoção. (LEVINZON, 2004).

Cabe destacar que a decisão pela adoção e o posterior acompanhamento da família que adota requer uma rede de apoio. A rede encontrada pelo participante é constituída inicialmente pela família de origem dos pretendentes à adoção que, no início, foi um pouco resistente à adoção, mas depois, com a convivência com a criança, envolveu-se com ela. Hamad (2002) afirma que o lugar que os avós adotivos ocupam é muito importante, por apoiar seus filhos na adoção. Eles introduzem a criança adotada no ciclo geracional, assim, os adotantes não se sentem sós com a hereditariedade familiar. Enfim, quando uma criança é incorporada numa família, é necessário que os tios, primos, avós, irmãos aceitem o novo membro e entendam que a adoção é um ato definitivo e vitalício. (SOUZA; MIRANDA, 2009).

O grupo de apoio também se mostrou relevante. Para Weber e Pereira (2012), os grupos de apoio à adoção são importantes para os adotantes nas informações e orientações sobre a paternidade e maternidade adotiva.

Outra rede de apoio fundamental refere-se aos amigos dos adotantes e também o seu grupo religioso. É fundamental o acompanhamento da família no processo de adoção, nesse sentido, “[...] a amizade permite que a família acolhendo uma criança que não é sua, viva uma experiência positiva porque aprende um olhar mais humano [...], quem acolhe uma criança deve acolher toda a sua realidade.” (GIUSSANI, 2006, p. 162-163).

Assim, é relevante que o casal não viva sozinho o processo de adoção e sim que compartilhe com outras famílias as suas experiências. Desse modo, o casal pode ficar mais fortalecido, o que repercutirá positivamente no desenvolvimento das crianças adotadas.

Vários foram os critérios utilizados para a escolha da criança adotiva: ser parecida com os pais adotivos (em termos de etnia), ser bebê ou ainda bem pequeno e ter um casal de filhos. O entrevistado considera que, na primeira adoção, o casal deseja, de alguma forma, encontrar um filho adotivo com características semelhantes às que teria um suposto filho biológico. Pereira e Weber (2012) se a criança apresenta a cor da pele próxima a um dos pais adotivos existe a possibilidade de aparentar para a sociedade uma paternidade biológica. Porém, na segunda adoção realizada pelo participante, houve uma abertura maior quanto às características da criança.

No que diz respeito aos trâmites legais para a adoção, Marcos receava por chantagens por parte da família biológica ou mesmo de advogados, assim, a opção do casal foi por seguir rigorosamente tais trâmites, sendo que o percurso legal foi descrito detalhadamente por ele. Marcos considera que os pretendentes à adoção poderiam ser mais bem preparados para acolher as crianças adotivas por meio de cursos de formação. Além disso, avalia que as crianças precisariam ser mais bem acompanhadas após a adoção por profissionais do juizado da infância e juventude.

Um aspecto positivo levantado pelos pai foi o da atuação da equipe interdisciplinar que conta principalmente com profissionais do Direito, do Serviço Social e da Psicologia. No entanto, alguns limites como a falta de transporte dificultam, por exemplo, um maior número de visitas domiciliares. Segundo Cassin e Jacquemin (2001), os profissionais que atuam no processo de adoção são considerados agentes transformadores em potencial, pois suas intervenções propiciam atitudes e ações mais positivas com relação à adoção e à própria família.

Houve, ainda, a sugestão de apadrinhamento, no qual famílias interessadas pela criança, mas não no sentido de adotá-la, poderiam visitá-la e passar finais de semana com ela. Assim, quando atingissem a maior idade, ao terem que sair das instituições de acolhimento, essas pessoas teriam tais famílias como referência, não ficando tão isoladas no mundo.

No que diz respeito à paternidade adotiva, ela mostra-se bastante positiva. As famílias adotivas são análogas às famílias biológicas em diversas características, elas inclusive possuem como base elos universais que unem pais e filhos. Os pais adotivos assumem responsabilidades com seus filhos, investem amor, afeto, cuidados que as tornam parte integral da família. (LEVINSON, 2004). No entanto, segundo a autora, há algumas diferenças que constituem o universo da adoção, a criança chega nessa família por um trajeto diverso do usual. Além disso, ainda há a crença social de que os

melhores pais para uma criança são os biológicos e os pais adotivos têm que provar que estão capacitados para serem bons pais.

Marcos informa que atualmente não se ressentia por não ter tido filhos biológicos, pois não se concebe sem a presença dos filhos adotivos. Além disso, ressalta que se sentiu pai desde o momento da decisão pela adoção, alegando que algo mudou em sua consciência, em sua postura frente à realidade. Para Weber (2011), a parentalidade por adoção possui a mesma verdade, força e essência da parentalidade genética. A adoção não é uma “imitação da biologia”, a família adotiva possui atributos especiais que têm que ser assumidos e não há como ser negados. Weber (2011, p. 40) ressalta que “o período de espera é uma fase de transição para a parentalidade, na qual as pessoas ainda não são pais, mas também não são ‘pais em espera’ como ocorre na gravidez”.

Cabe destacar que o participante e sua esposa já contaram para seus filhos que eram adotivos, o que é relevante, pois, segundo Weber (2004), a criança tem o direito de saber a verdade sobre sua origem. No entanto, a autora sugere que a conversa com a criança sobre a adoção deve ocorrer de modo simples, carinhoso e sem grandes complicações.

Segundo Levinzon (2004), pais e filhos devem ter uma relação saudável e honesta. Se não houver honestidade, a trama familiar terá como bases premissas falsas, o que influencia o desenvolvimento da criança. A autora comenta, ainda, que se o adotado descobrir sua adoção no final da adolescência ou na idade adulta possivelmente se sentirá traído, o que trará muita dor, além de haver a probabilidade de a criança saber por outras pessoas sobre sua origem de modo inadequado. Nesse sentido, é relevante que os pais contem para os filhos sobre a sua condição de adotado, o mais cedo possível.

A adoção não é um gesto de caridade por parte dos pais adotivos, e sim uma necessidade de ambos os lados, pois os pais desejam os filhos e os filhos querem ter pais, formando, assim, uma família. Nesse sentido, deve-se considerar a realidade familiar como um todo. Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006) destacam que surge no Brasil uma nova cultura de adoção, a qual está baseada no melhor interesse da criança e que se deve buscar uma família para a criança ao invés de uma criança para a família.

No entanto, é necessário dar mais um passo no sentido de reconhecer que ambos são necessários: uma criança para os pais e pais para uma criança.

Outro aspecto relevante é a curiosidade das crianças no sentido de desejarem conhecer suas mães. No entanto, tal situação apresenta-se bastante desconfortável para os pais biológicos. Conforme Weber (2004), os pais adotivos têm receio de conhecer ou de encontrar com a família de origem, temem perder seu filho para a “família de sangue”.

Na sequência, ao se analisar as formas de envolvimento do pai com a vida dos seus filhos adotivos, recorreu-se ao modelo tripartido de envolvimento paterno: interação, acessibilidade e responsabilidade proposto por Lamb, Pleck, Charnov e Levine (1985) e explicitado na revisão de literatura.

O primeiro envolvimento do pai com seu filho(a) diz respeito à interação direta do pai com sua criança, nos cuidados e atividades partilhadas, tais como: conversar, ler uma história, jogar bola, entre outras. O pai estudado encontra-se envolvido com a criança nessa forma de interação direta e considera que interage bastante com seus filhos adotivos.

Marcos revela interagir com os filhos adotivos desde o primeiro encontro que teve com eles, declara que nunca foi um pai de trocar fraldas, não considerava tal atividade como obrigação dele (pela formação que teve), alega ser coisa de mãe, no entanto, ficava na retaguarda, sendo que diante de qualquer problema a esposa podia chamá-lo.

O participante relata que partilha as coisas do dia-a-dia, conversa com os filhos, transporta as crianças. Às vezes leva o filho para o trabalho (quando ele quer ir), acompanha o filho em atividades esportivas, brinca mais com o filho do que com a filha, justificando que é pelo fato de ele ser menino, pelo tipo de brincadeira e pela maior identificação.

O pai tem um relacionamento amigável com os filhos, aponta que as atividades que fazem juntos são uma distração para todos eles. Assinala que com a filha realiza atividades complementares, por exemplo, ela gosta de cozinhar e ele de comer, ela faz coisas para agradá-lo e ele compra os ingredientes necessários para as receitas. Segundo Pleck (1997), Lamb (2000) e Lima (2008), o sexo da criança pode influenciar a forma de comportamento do pai, o que reforça a ideia de que os pais se envolvem mais com os meninos do que com as meninas. Os pais assumem maiores responsabilidades e estabilidade ao longo do tempo no grau de envolvimento com os meninos comparando seu envolvimento com as meninas.

Marcos confirma que a mãe é que acompanha as tarefas escolares da filha, mas ele sempre conversa sobre as notas e procura saber como ela vai na escola. No entanto, às vezes faz a tarefa escolar com o filho.

Com relação à participação do entrevistado nas atividades de lazer/convivência (brincar, cantar, contar histórias e passear) junto com seus filhos (as), observa-se que o envolvimento do pai adotivo é intenso.

Estudo realizado Moreira, Carvalho, Almeida e Oiwa (2012) ressalta que a participação do pai é destacada muitas vezes, nas atividades em alguns casos que a mãe tem menos participação, como brincar, passear e outras. O “novo pai” entra muito cedo na vida dos seus filhos, ele está mais envolvido nos cuidados diários, físicos, tendo maior participação na vida afetiva, familiar e tem expressado melhor seus sentimentos. (LAMB, 2000; SILVA; PICCININI, 2003). Percebe-se que o pai estudado demonstrou bastante participação nos cuidados e nas atividades relacionadas com seus filhos(as), desde o momento que os conheceram. Esse resultado reforça a tendência ressaltada, por alguns autores, de que os pais estão mais envolvidos e participativos na vida dos seus filhos(as) atualmente do que os seus predecessores. (LEWIS; DESSEN, 1999; PARKE, 1996; HENN; PICCININI, 2007).

Os pais com alto nível de escolaridade, como é o caso do participante do presente estudo, em geral possuem um envolvimento maior com seus filhos, pais com maior formação cooperam mais nos cuidados didáticos, são mais afetivos e participam mais de atividades sociais com seus filhos. (SOUZA, BENETTI, 2008; SILVA, PICCININI, 2003)

A responsabilidade diz respeito à participação do pai nas decisões da vida dos filhos, como também as preocupações com a sua criança e as necessidades dela. A responsabilidade apresenta maior dificuldade de definição e quantificação (LAMB, 1987; 1992; PARKE, 2002). Nesse aspecto, Marcos teve a preocupação de ir a consultas médicas dos filhos quando eram bebês, depois com o passar do tempo a preocupação mudou, passou a ser com relação à escolarização deles, onde estudariam, e atualmente se preocupa com os riscos das redes sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo geral do presente capítulo – compreender o processo de adoção de crianças na perspectiva de um pai adotivo – considera-se ter havido um avanço importante nessa direção, contudo, tal propósito não se esgotou.

No caso estudado, diante da dificuldade para engravidar, a opção pela adoção ao invés da inseminação artificial foi motivada por questões religiosas. Ficou evidente a relevância de o processo de decisão ser do casal em conjunto, para que as relações familiares transcorram de forma mais positiva e favorecedora do desenvolvimento humano. Também é relevante destacar que o pai não trocava seus filhos adotivos por biológicos e que o mesmo mostrou-se bastante envolvido com eles tanto em interação, quanto em acessibilidade e responsabilidade.

Diante do exposto, conclui-se que o pai vivenciou intensamente todo o processo de adoção de seus filhos do coração.

Para pesquisas futuras, identifica-se a necessidade de investigações quantitativas e qualitativas que ampliem e aprofundem o estudo sobre a paternidade adotiva. Por exemplo, são importantes pesquisas sobre a adoção tardia e o envolvimento do pai em tal contexto; além de investigações que avaliem mais profundamente os trâmites legais da adoção, assim como as adoções prontas. Seriam interessantes, ainda, pesquisas com casais adotivos para avaliar os envoltimentos materno e paterno.

Referências

ARRIAGADA, I. Nuevas famílias para un nuevo siglo? *Cadernos de Psicologia e Educação: Paidéia*, v. 18, n.10, p. 28-35, 2000.

ANDRADE, Raylla Pereira de; COSTA, Nina Rosa do Amaral and ROSSETTI-FERREIRA, Maria *Clotilde*. Significações de paternidade adotiva: um estudo de caso. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2006, vol.16, n.34, pp. 241-252. ISSN 0103-863X.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2006000200012>> Acesso em 28/10/2012.

BUENO, Rovana Kinas; VIEIRA, Mauro Luís; CREPALDI, **Maria Aparecida**. *Relações entre envolvimento paterno com filhos adotivos e estrutura familiar*. Florianópolis, SC, 2014.

Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em:<http://www.nepedi.ufsc.br/files/2014/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O-14-02-28-vers%C3%A3o-final-para-impress%C3%A3o.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2014.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.> Acesso dia 27 de maio de 2013.

BRASIL, Lei Federal n.8.069 de 13 de julho de 1990. **ECA- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, BRASÍLIA 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.> Acesso dia 27 de maio de 2013.

DONATI, *Pierpaolo*. **Família no Século XXI**: abordagem relacional [tradução João Carlos Petrini]- p. 64;66;67 São Paulo: Paulinas,2008- Coleção Família Contemporânea.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLÔNIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**. Ribeirão Preto, n. 36, v. 17, p. 21-32, abr. 2007.

CALVANTI, Vanessa Ribeiro Simon; CALDEIRA, Bárbara Maria Santos; BARBOSA, Claudia de Faria. Quem cuida de quem? Repensando as práticas familiares e a divisão do tempo/trabalho. CASTRO, Mary Garcia Castro; CARVALHO, Ana Maria Almeida; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos Moreira (Organizadoras) **Dinâmica familiar do cuidado: Afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos**. EDUFBA, 2012. p. 111-143.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Adoção- Guia Prático Doutrinário e Processual com as alterações da Lei n.12010**, de 3/8/2009- São Paulo, 2010.

GOMES, Aguinaldo José da Silva; RESENDE, Vera da Rocha. **O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea**. Psicologia Teoria e Pesquisa, v. 20, n.2, 2004, p. 119-125.

GUIMARÃES, Lilian de Almeida. **Conversando com crianças sobre adoção**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2010.

LAMB, M. Fatherhood then and now, In A. Booth & A. Crouter (Eds.). **Men in families: When do they get involved? What difference does it make?** New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, p.47-52, 1998.

LADVOCAT, Cynthia. Campo Clínico da Reparação na Adoção. **Guia de Adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na família**. Cynthia Ladvoocat; Solange Diuana. (Organizadoras), 1.ed. São Paulo: Editora Roca, 2014.

LEVINZON, G. K (2004). **Adoção**. (Coleção Clínica Psicanalítica) São Paulo: Casa do Psicólogo.

LEVINZON, G. K (2014) *Parentalidade Adotiva. Os pais suficientemente bons. Guia de Adoção: No Jurídico, no social, no psicológico e na família*. Cynthia Ladvoocat; Solange Diuana (organizadoras). 1.ed.São Paulo: Editora Roca, 2014.

MARINELLI, Francesco; NÓBLEGA, Magaly. **Representaciones de apego y sensibilidad paterna em padres de hijos em edad pré-escolar**. Disponível em:http://tesis.pucp.edu.pe/repositorio/bitstream/handle/123456789/4881/MARINELLI_FRANCESCO_SENSITIVIDAD_PATERNA.pdf?sequence=1. Acesso em 21 de junho de 2014.

MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos; RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Estudos sobre família em contextos brasileiros. Família e Parentalidade: Olhares da psicologia e da história.** Org. Lúcia Vaz de Campos Moreira e Elaine Pedreira Rabinovich. Curitiba: Juruá Editora, 2011, p..20

MOREIRA, L. V. C.; CARVALHO, A. M. A.; ALMEIDA, V. M. P.; OIWA, N. N. A *Prevalência materna e feminina no cuidado cotidiano de crianças pequenas.* In: CASTRO, M. G.; CARVALHO, A. M. A.; MOREIRA, L. V. C. (Orgs.). **Dinâmica familiar e do cuidado: Afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos.** Salvador: EDUFBA, 2012.

OLIVEIRA, Teresa Cristina Ferreira de. Filho do coração: o processo de adoção de crianças na perspectiva paterna. f 2014. **Dissertação** (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2014.

PETRINI, João Carlos. Mudanças sociais e mudanças familiares. Em: PETRINI, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (organizadores). **Família, Sociedade e Subjetividades - uma perspectiva multidisciplinar.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005, p. 29-53.

PLECK, J. *Paternal Involvement: Levels, sources, and consequences.* In, M. Lamb (Ed.). *The Role of the Father in Child Development.* New York: Wiley & Sons, p. 66-103, 1997.

PICCININI, Cesar Augusto, SILVA, Milena da Rosa; **Sentimentos sobre paternidade e envolvimento de pais que residem e pais que não-residem com seus filhos,** 2007. Dissertação de Mestrado
Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3461> Acesso em : 23 abril de 2014.

SOUZA, Carmen Lúcia Carvalho de; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar.

Contextos Clínicos, São Leopoldo , v. 1, n. 2, dez. 2008 . Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v1n2/v1n2a02.pdf> Acesso em 29 maio 2014.

SHWALB, D. W; SHWALB, B. J.; LAMB, Michael E. Final thoughts, comparisons and conclusions. In: SHWALB, David W; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). *Fathers in cultural contexto.* New York: Routledge, 2013.

SCHETTINI, Suzana Sofia Moeller; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida e DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. **Famílias adotivas: identidade e diferença.** *Psicol. estud.*[online]. 2006, vol.11, n.2, pp. 285-293. ISSN 1413-7372. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000200007>.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Pais e Filhos por adoção no Brasil.** Características, expectativas e sentimentos. 1ª ed. (ano.2001), 9ª Reimpressão. Curitiba: Editora Juruá 2010.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Adote com carinho. Um manual sobre aspectos essenciais da adoção.** Curitiba: Juruá Editora, 2011.